SciELO Preprints

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Toponímia, memória e território caiçara: comunidades de Guaraqueçaba no Itinerário Formativo de Aprofundamento

Jackson Morais Barcelos

https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

Submetido em: 2026-09-17
Postado em: 2026-11-23 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

Toponímia, memória e território caiçara: comunidades de Guaraqueçaba no Itinerário Formativo de Aprofundamento

Jackson Morais Barcelos 1

Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), Guaraqueçaba, Paraná, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0009-0002-7849-8198

RESUMO

Este artigo analisa os nomes, as memórias e os sentidos territoriais associados a comunidades caiçaras de Guaraqueçaba-PR, a partir de uma experiência desenvolvida no Itinerário Formativo de Aprofundamento (IFA) do Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa. A pesquisa contempla Ponta do Lanço, Tromomô, Mariana, Medeiros, Taquanduva, Ilha Rasa, Massarapuã e Almeida, comunidades de origem dos estudantes atendidos pela escola. De abordagem qualitativa, o estudo fundamenta-se em pesquisa documental e bibliográfica, com destaque para registros históricos locais e materiais produzidos sobre essas comunidades. A análise considera os topônimos como elementos de memória, identidade e territorialidade, relacionados à pesca, à presença de famílias, às características da paisagem e a possíveis matrizes indígenas. O trabalho evidencia a importância do território vivido como fonte de conhecimento histórico e pedagógico.

Palavras-chave: Comunidades Caiçaras, Toponímia, Memória, Território, IFA.

Toponymy, Memory, And Caiçara Territory: Communities Of Guaraqueçaba In An In-Depth Learning Pathway

ABSTRACT

This article analyzes the names, memories, and territorial meanings associated with Caiçara communities in Guaraqueçaba, Paraná, based on an experience developed within the In-Depth Formative Itinerary (IFA) at Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa. The study focuses on Ponta do Lanço, Tromomô, Mariana, Medeiros, Taquanduva, Ilha Rasa, Massarapuã, and Almeida, communities from which the school's students originate. Adopting a qualitative approach, the research is based on documentary and bibliographic sources, with particular emphasis on local historical records and materials concerning these communities. The analysis considers place names as elements of memory, identity, and territoriality, related to fishing practices, family presence, landscape features, and possible Indigenous origins. The study highlights the importance of lived territory as a source of historical and pedagogical knowledge.

Keywords: Caiçara communities; toponymy; memory; territory; In-Depth Formative Itinerary.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

1. INTRODUÇÃO

Os nomes atribuídos aos lugares não constituem apenas referências de localização. Em diferentes contextos sociais, os topônimos podem conservar marcas de processos históricos, formas de ocupação, relações de trabalho, características da paisagem e experiências construídas pelas populações ao longo do tempo. Nessa perspectiva, a nomeação dos lugares estabelece relações entre história, memória e pertencimento, permitindo que determinadas experiências sociais permaneçam inscritas no território por meio da linguagem (FAGGION; MISTURINI, 2014). Nas comunidades caiçaras de Guaraqueçaba, no litoral do Paraná, essas denominações assumem especial relevância por estarem inseridas em territórios historicamente relacionados à pesca artesanal, às águas estuarinas, à Mata Atlântica, à circulação de famílias e às diferentes formas de permanência no espaço.

A investigação apresentada neste artigo surgiu no âmbito do Itinerário Formativo de Aprofundamento (IFA), a partir de uma experiência desenvolvida no Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa, localizado na comunidade de Ponta do Lanço, em Guaraqueçaba. A instituição atende estudantes provenientes de diferentes comunidades, constituindo um território educativo que ultrapassa a localização física da escola. O estudo concentrou-se em Ponta do Lanço, Tromomô, Mariana, Medeiros, Taquanduva, Ilha Rasa, Massarapuã e Almeida. Ponta do Lanço, Mariana, Almeida e a comunidade denominada Ilha Rasa encontram-se territorialmente interligadas na própria Ilha Rasa, reconhecida na literatura como formada por esses quatro núcleos comunitários (FISCHER; COLLEY, 2005), enquanto as demais localidades integram outros espaços de origem dos estudantes atendidos pela instituição.

A diversidade desses topônimos revela diferentes formas de relação entre sociedade e território. Algumas denominações aparecem associadas a práticas tradicionais de pesca e trabalho; outras remetem à presença de antigos moradores e famílias, às características da paisagem ou a matrizes linguísticas indígenas. Estudos sobre a toponímia paranaense demonstram que os nomes de lugares podem registrar referências a elementos naturais, atividades humanas, grupos sociais e características geográficas, funcionando como vestígios dos processos históricos de ocupação e significação do espaço (ZAMARIANO, 2006). Entretanto, as explicações sobre a origem dos nomes não são tratadas aqui como verdades etimológicas previamente estabelecidas. Os registros locais são analisados em diálogo com documentos e pesquisas acadêmicas, preservando seu valor memorial sem convertê-los automaticamente em comprovações históricas, uma vez que memória e história, embora relacionadas, não são equivalentes (POLLAK, 1989).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

Entre as fontes centrais encontra-se o antigo caderno Ilha Rasa, produzido no contexto educacional local por Adauto Mendes dos Santos, Diva Pinto de Oliveira. O documento reúne registros sobre formação das comunidades, deslocamentos familiares, práticas agrícolas e pesqueiras e transformações ocorridas no território (SANTOS; OLIVEIRA, [s. d.]). Diante desse conjunto documental e bibliográfico, este artigo tem como objetivo analisar os nomes, as memórias e os sentidos territoriais associados às comunidades de Ponta do Lanço, Tromomô, Mariana, Medeiros, Taquanduva, Ilha Rasa, Massarapuã e Almeida, buscando compreender como essas denominações expressam diferentes dimensões da história, da paisagem, das práticas sociais e da territorialidade caiçara de Guaraqueçaba.

2. PERCURSO METODOLÓGICO: IFA, PESQUISA DOCUMENTAL E MEMÓRIA TERRITORIAL

Este estudo adota abordagem qualitativa, de natureza documental e bibliográfica, e tem origem em uma experiência desenvolvida no âmbito do Itinerário Formativo de Aprofundamento (IFA) do Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa, em Guaraqueçaba, Paraná. O IFA constituiu o contexto pedagógico a partir do qual emergiu a questão de investigação sobre os nomes e as memórias associadas às comunidades atendidas pela instituição. No Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná, os itinerários formativos são compreendidos como espaços de aprofundamento e ampliação dos conhecimentos, favorecendo práticas investigativas articuladas às experiências e aos contextos dos estudantes (PARANÁ, 2021).

O corpus da pesquisa foi constituído exclusivamente por fontes preexistentes, sem realização de entrevistas, aplicação de questionários ou produção de dados individuais com estudantes e moradores. Entre os documentos centrais destaca-se o caderno histórico Ilha Rasa, produzido no contexto educacional local por Adauto Mendes dos Santos, Diva Pinto de Oliveira, com participação das escolas Santa Terezinha e Gabriel Ramos da Silva e apoio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Guaraqueçaba. O material reúne registros sobre a formação das comunidades, deslocamentos familiares, agricultura, pesca, formas coletivas de trabalho e transformações ocorridas no território (SANTOS; OLIVEIRA, [s. d.]). Esse documento foi articulado a artigos científicos, dissertações, estudos toponímicos, levantamentos institucionais e documentos públicos relacionados a Guaraqueçaba e ao litoral paranaense.

A análise documental foi conduzida a partir da compreensão de que os documentos não devem ser utilizados apenas como repositórios de informações, mas examinados

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

considerando autoria, contexto de produção, temporalidade, finalidade e condições de circulação. Conforme Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a pesquisa documental pressupõe procedimentos de seleção, contextualização, interpretação e análise crítica das fontes. Dessa forma, o caderno histórico e os demais registros locais foram tratados simultaneamente como fontes de informação e como documentos que expressam modos particulares de registrar e transmitir conhecimentos sobre o território.

Também se estabeleceu uma distinção metodológica entre memória local, interpretação toponímica e evidência histórica. Pollak (1989) assinala que a memória é socialmente construída e envolve processos de seleção, permanência, esquecimento e reelaboração. Por isso, narrativas referentes à origem dos nomes das comunidades não foram automaticamente tomadas como comprovações etimológicas. Sempre que possível, essas informações foram confrontadas com estudos acadêmicos e documentação externa. Nesse processo, trabalhos de caráter toponímico, especialmente Zamariano (2006), contribuíram para identificar possíveis motivações linguísticas e históricas presentes em denominações como Tromomô, Medeiros, Taquanduva, Ilha Rasa e Massarapuã.

Para organizar a interpretação, os topônimos foram analisados segundo quatro dimensões recorrentes nas fontes: práticas de trabalho e pesca; presença de pessoas e famílias; características da paisagem; e matrizes linguísticas indígenas. Essa leitura dialoga com Faggion e Misturini (2014), que destacam as relações existentes entre toponímia, memória, história e pertencimento. Assim, mais do que buscar uma origem única e definitiva para cada nome, o percurso metodológico procura compreender como essas denominações podem revelar diferentes formas de ocupação, experiência e significação do território caiçara.

3. ANÁLISE TOPONÍMICA DAS COMUNIDADES CAIÇARAS DE GUARAQUEÇABA

A análise dos topônimos das comunidades selecionadas permite identificar diferentes formas pelas quais história, memória, paisagem, trabalho e ocupação territorial permanecem registradas nos nomes dos lugares. Conforme definido no percurso metodológico, as denominações foram examinadas a partir da articulação entre registros históricos locais, estudos acadêmicos, documentos institucionais e pesquisas toponímicas, evitando atribuir às narrativas comunitárias o caráter de comprovação etimológica definitiva. O objetivo, portanto, não é estabelecer uma origem única e incontestável para cada topônimo, mas compreender os sentidos históricos e territoriais que podem ser reconhecidos nas fontes disponíveis.

As comunidades de Ponta do Lanço, Tromomô, Mariana, Medeiros, Taquanduva, Ilha Rasa, Massarapuã e Almeida apresentam motivações toponímicas distintas. Em alguns casos, os nomes relacionam-se diretamente às práticas tradicionais de pesca e ao conhecimento das águas; em outros, remetem à presença de antigos moradores e famílias,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

às características físicas e vegetais da paisagem ou a matrizes linguísticas indígenas. Essas diferenças evidenciam que a nomeação dos lugares pode conservar marcas das formas de ocupação, trabalho e significação do território construídas historicamente pelas populações locais. Nos subtópicos seguintes, cada comunidade é analisada individualmente, considerando as evidências documentais e bibliográficas disponíveis e os limites de interpretação impostos pelas próprias fontes. Essa abordagem permite observar tanto as particularidades de cada denominação quanto os elementos que, posteriormente, possibilitam uma leitura conjunta das relações entre toponímia, memória, identidade e territorialidade caiçara em Guaraqueçaba.

3.1 Ponta do Lanço

A comunidade de Ponta do Lanço, situada na Ilha Rasa, apresenta em sua denominação uma relação direta com as práticas tradicionais de pesca. O antigo caderno histórico Ilha Rasa registra que os pescadores se deslocavam para determinados pontos da ilha, lançavam suas redes em locais reconhecidos pela presença de peixes e denominavam essa prática de “lance”. Segundo o documento, a recorrência dessa forma de pesca contribuiu para que o lugar passasse a ser conhecido como Ponta do Lanço (SANTOS; OLIVEIRA, [s. d.]). O registro é particularmente relevante por estabelecer, a partir da memória documentada localmente, uma associação entre a atividade pesqueira e a própria nomeação do território.

A paisagem da comunidade contribui para situar territorialmente o espaço ao qual se vinculam as memórias e práticas pesqueiras discutidas nesta análise.

Figura 1 – Comunidade de Ponta do Lanço, Guaraqueçaba-PR.



Fonte: Acervo disponibilizado por Aramis Oilke ao autor (2026).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

O registro visual permite aproximar o leitor do território analisado e complementa a compreensão das relações históricas estabelecidas entre comunidade, pesca e espaço vivido. Essa interpretação encontra correspondência na configuração histórica da localidade. Em levantamento realizado pelo IPARDES no final da década de 1980, Rasa–Ponta do Lanço aparece entre as comunidades pesqueiras da região de Guaraqueçaba, em contexto marcado pelo uso de pequenas embarcações e pela exploração artesanal dos recursos do ambiente estuarino (IPARDES, 1989). A relação entre prática pesqueira e apropriação do espaço também dialoga com Begossi (2004), que demonstra que pescadores artesanais reconhecem e utilizam áreas e pontos específicos de pesca a partir de conhecimentos construídos na experiência cotidiana. Nesse sentido, os espaços aquáticos não constituem ambientes indiferenciados, mas territórios conhecidos, nomeados e utilizados segundo espécies, técnicas e condições locais.

Embora a documentação disponível não permita estabelecer de forma definitiva o momento em que o topônimo foi criado, a convergência entre o registro histórico local e a permanência da pesca artesanal permite compreender Ponta do Lanço como uma denominação vinculada ao trabalho e ao conhecimento caiçara sobre as águas. O nome ultrapassa, assim, sua função de referência geográfica e conserva uma memória relacionada ao uso tradicional do território, evidenciando como práticas cotidianas podem permanecer inscritas na toponímia e no sentimento de pertencimento comunitário.

3.2 Tromomô

A comunidade de Tromomô integra o conjunto de localidades de Guaraqueçaba vinculadas ao território educativo do Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa. Sua denominação remete a uma matriz linguística indígena, interpretação que encontra respaldo em estudo específico sobre a toponímia paranaense. Zamariano (2006) registra Serra do Tromomô como topônimo de língua indígena e apresenta a hipótese de derivação de “trombombó”, expressão associada a um modo especial de pescar tainhas. A autora classifica o nome como sociotopônimo, categoria relacionada a atividades ou práticas sociais.

A inserção de um registro visual da comunidade permite contextualizar o território ao qual se relacionam as interpretações linguísticas e históricas apresentadas.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

Figura 2 – Comunidade de Tromomô, Guaraqueçaba-PR.



Fonte: Acervo disponibilizado por Aramis Oilke ao autor (2026).

A imagem contribui para situar espacialmente Tromomô no conjunto das comunidades analisadas, acompanhando a discussão sobre linguagem, pesca e memória territorial.

Essa interpretação é particularmente pertinente ao contexto de Guaraqueçaba, onde a pesca artesanal historicamente estrutura parte importante das relações entre comunidades, águas e formas de trabalho. A própria localização de Tromomô reforça essa relação: estudos descrevem a comunidade junto à Serra do Tromomô, na parte norte da Baía de Guaraqueçaba, com acesso predominantemente marítimo por canais naturais e presença expressiva de manguezais.

Assim, em vez de associar genericamente o nome apenas à vegetação ou à presença indígena, a documentação toponímica permite formular uma hipótese mais precisa: Tromomô pode conservar, em sua própria denominação, uma referência linguística indígena relacionada a uma prática tradicional de pesca. Como Zamariano (2006) apresenta essa derivação como possibilidade, e não como origem definitivamente comprovada, o topônimo é tratado neste estudo como um registro no qual se articulam linguagem, trabalho pesqueiro e memória territorial.

3.3 Mariana

A comunidade de Mariana, situada na Ilha Rasa, apresenta uma denominação fortemente associada à memória de ocupação familiar registrada nas fontes locais. O antigo caderno histórico Ilha Rasa relata que famílias que percorriam aquela porção do território encontraram uma senhora chamada Mariana, já de idade avançada, e que, posteriormente,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

moradores que se estabeleceram nas proximidades passaram a denominar o lugar como Ponta da Mariana. O mesmo documento registra a construção de moradias, o estabelecimento de áreas agrícolas e a presença da pesca entre as atividades desenvolvidas naquele espaço (SANTOS; OLIVEIRA, [s. d.]). Trata-se, portanto, de uma narrativa local que associa a denominação da comunidade à memória de uma antiga moradora.

O registro visual da comunidade de Mariana contribui para aproximar a análise documental do território atualmente reconhecido por essa denominação.

Figura 3 – Comunidade de Mariana, Ilha Rasa, Guaraqueçaba-PR.



Fonte: Acervo disponibilizado por Aramis Oilke ao autor (2026).

A fotografia auxilia na contextualização do espaço comunitário cuja denominação permanece vinculada à memória local e às formas históricas de ocupação da Ilha Rasa.

A consolidação de Mariana como referência territorial da Ilha Rasa encontra respaldo em documentação externa. O levantamento realizado pelo IPARDES (1989) identifica Mariana juntamente com Almeida, Ponta do Lanço e Rasa entre as comunidades existentes na ilha. Posteriormente, Fischer e Colley (2005) também reconhecem Mariana, Ponta do Lanço, Almeida e Ilha Rasa como os quatro núcleos comunitários que compõem esse território insular. Esses registros não comprovam, por si mesmos, a origem do topônimo, mas demonstram sua permanência como denominação comunitária e referência espacial ao longo do tempo.

Nesse sentido, a explicação preservada no caderno histórico deve ser compreendida como memória territorial, e não como comprovação etimológica definitiva. Ainda assim, a permanência das formas “Mariana” e “Ponta da Mariana” evidencia como nomes associados

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

a pessoas podem ultrapassar a memória individual e tornar-se referências coletivas de localização e pertencimento. O caso de Mariana revela, assim, uma das formas pelas quais trajetórias familiares e memórias de antigos moradores podem permanecer inscritas na própria nomeação do território caiçara.

3.4 Medeiros

A comunidade de Medeiros integra o conjunto de localidades insulares de Guaraqueçaba e mantém estreita relação com a rede hidrográfica e estuarina da região. A própria denominação encontra um respaldo importante na pesquisa toponímica de Zamariano (2006), que registra o Rio dos Medeiros, em Guaraqueçaba, como topônimo de língua portuguesa e o classifica como antropotopônimo simples, categoria associada à utilização de nomes de pessoas ou famílias na designação dos lugares. Esse dado fortalece a interpretação de que “Medeiros” guarda uma relação histórica com presença familiar no território, embora não permita estabelecer, de maneira definitiva, se o rio deu nome à comunidade ou se ambos derivaram de uma denominação familiar anterior (ZAMARIANO, 2006, p. 129).

A representação visual de Medeiros permite situar o leitor no território em que se articulam comunidade, referências hidrográficas e memória da ocupação local.

Figura 4 – Comunidade de Medeiros, Guaraqueçaba-PR.



Fonte: Acervo disponibilizado por Aramis Oilke ao autor (2026).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

O registro complementa a contextualização territorial da comunidade e acompanha a interpretação do topônimo como expressão das relações históricas entre famílias, ocupação e espaço.

A permanência do nome é observada também na documentação contemporânea de Guaraqueçaba, que reconhece Medeiros entre as comunidades insulares do município e registra o curso d'água como importante referência espacial (GUARAQUEÇABA, 2026). A associação entre comunidade, rio e nome familiar evidencia como determinadas denominações podem se consolidar ao longo do tempo e passar a identificar diferentes elementos de uma mesma paisagem territorial.

Nesse sentido, Medeiros constitui um exemplo de antropotoponímia, no qual a memória da presença humana se encontra inscrita na própria denominação geográfica. Ainda que as fontes disponíveis não permitam reconstruir completamente o processo histórico de nomeação da comunidade, a classificação apresentada por Zamariano (2006) oferece uma base linguística mais consistente para compreender o topônimo como expressão das relações entre famílias, ocupação e território caiçara.

3.5 Taquanduva

A comunidade de Taquanduva integra o conjunto de localidades insulares de Guaraqueçaba e apresenta uma denominação cuja relação com a vegetação encontra respaldo em estudo toponímico específico. Zamariano (2006) registra, no território de Guaraqueçaba, o Rio Taquanduva e interpreta o topônimo a partir de taquá, forma contraída de taquara, acrescida de tyba, com sentido de “sítio das taquaras”. A autora classifica essa denominação como fitotopônimo simples, isto é, um nome de lugar motivado por elementos da vegetação.

A fotografia da comunidade permite estabelecer uma aproximação visual com o território cuja denominação apresenta relações históricas e linguísticas com elementos da paisagem.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

Figura 5 – Comunidade de Taquanduva, Guaraqueçaba-PR.



Fonte: Acervo disponibilizado por Aramis Oilke ao autor (2026).

O registro visual complementa a análise ao situar a comunidade no contexto territorial em que o topônimo permanece como referência de identidade e pertencimento.

Esse dado oferece uma base linguística mais consistente para compreender a denominação da comunidade, embora não permita afirmar, de forma definitiva, em que momento o nome passou do acidente hidrográfico para a localidade ou se ambos compartilham uma origem territorial comum. A permanência de Taquanduva como referência comunitária é confirmada também pela documentação municipal contemporânea, que a inclui entre as comunidades insulares de Guaraqueçaba (GUARAQUEÇABA, 2026).

Dessa forma, Taquanduva pode ser compreendida como um topônimo de matriz linguística indígena fortemente associado à vegetação, preservando na própria denominação uma característica reconhecida da paisagem. O caso evidencia como elementos naturais podem participar da construção dos nomes e permanecer inscritos na memória e na identificação territorial das comunidades caiçaras.

3.6 Ilha Rasa

A denominação Ilha Rasa apresenta uma relação particularmente clara com as características físicas do território. Zamariano (2006) registra historicamente a forma “Raza” e recupera a explicação de que o nome estaria relacionado ao fato de a ilha possuir terreno plano e baixo, classificando o topônimo como dimensiotopônimo simples, categoria associada às dimensões ou características espaciais do acidente geográfico. Essa interpretação

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

converge com o antigo caderno histórico Ilha Rasa, que também associa a denominação às características planas e rasas do território (SANTOS; OLIVEIRA, [s. d.]).

Um registro visual da comunidade de Ilha Rasa contribui para contextualizar o território cuja própria configuração física se relaciona às interpretações apresentadas sobre sua denominação.

Figura 6 – Comunidade de Ilha Rasa, Guaraqueçaba-PR.



Fonte: Acervo disponibilizado por Aramis Oilke ao autor (2026).

A imagem oferece ao leitor uma referência visual do espaço analisado e acompanha a discussão sobre as relações entre paisagem, nomeação e memória territorial.

A configuração geomorfológica da ilha reforça essa associação. Fischer e Colley (2005) descrevem a Ilha Rasa como uma planície arenosa de aproximadamente 10,5 km², formada predominantemente por sedimentos de origem continental-marinha e caracterizada pela presença de manguezais, campos salinos, restinga e floresta ombrófila densa. Os autores também registram que o território insular se organiza em quatro comunidades: Ponta do Lanço, Mariana, Almeida e Ilha Rasa, evidenciando uma particularidade importante: o mesmo topônimo identifica tanto a ilha quanto uma das comunidades nela existentes.

Nesse sentido, Ilha Rasa constitui um exemplo de topônimo diretamente relacionado à percepção da paisagem. A convergência entre o registro histórico local, a interpretação toponímica de Zamariano (2006) e a caracterização geomorfológica apresentada por Fischer e Colley (2005) confere maior consistência à associação entre nome e configuração física do território. A denominação preserva, assim, uma leitura histórica da paisagem que passou a integrar a identificação e a memória territorial das comunidades caiçaras da ilha.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

3.7 Massarapuã

A denominação Massarapuã constitui um dos casos mais expressivos da relação entre linguagem, atividade humana e território entre as comunidades analisadas. Em estudo específico sobre a toponímia paranaense, Zamariano (2006) registra Massarapuã como topônimo de língua indígena e apresenta sua formação a partir de massará, entendido como barragem, pari ou tapume utilizado nos rios para facilitar a captura de peixes, e puã, relacionado à ideia de algo elevado ou levantado. A autora classifica o nome como ergotopônimo simples, categoria associada a elementos da cultura material e às atividades humanas.

A apresentação visual de Massarapuã permite aproximar o leitor do território ao qual se vinculam as interpretações sobre pesca, cultura material e memória presentes no topônimo.

Figura 7 – Comunidade de Massarapuã, Guaraqueçaba-PR.



Fonte: Acervo disponibilizado por Aramis Oilke ao autor (2026).

O registro contribui para contextualizar espacialmente a comunidade e complementa a análise das relações históricas entre práticas vinculadas às águas e denominação territorial.

Essa interpretação é especialmente significativa no contexto de Guaraqueçaba, território historicamente marcado pela pesca artesanal e pelo conhecimento das águas, canais e ambientes estuarinos. A possível associação do topônimo a uma estrutura utilizada na captura de peixes aproxima a denominação da comunidade das práticas de trabalho e dos modos tradicionais de apropriação dos recursos aquáticos. Nesse sentido, o nome

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

preservaria não apenas uma matriz linguística indígena, mas também uma referência relacionada à interação histórica entre os grupos humanos e o ambiente costeiro.

Assim, Massarapuã pode ser compreendido como um ergotopônimo de matriz indígena relacionado a práticas de pesca, conforme a interpretação toponímica disponível. Essa leitura não permite reconstruir integralmente o processo histórico pelo qual o nome passou a identificar a comunidade, mas oferece uma base linguística consistente para compreender como técnicas, objetos e práticas vinculadas às águas podem permanecer inscritos na denominação do território.

3.8 Almeida

A comunidade de Almeida, situada na Ilha Rasa, apresenta uma denominação fortemente associada à memória de antigas famílias que ocuparam essa porção do território. O caderno histórico Ilha Rasa registra que moradores de outras localidades visitavam uma família conhecida pelo sobrenome Almeida e que a recorrência dessa referência teria contribuído para que o lugar passasse a ser chamado pelo mesmo nome. O documento menciona ainda a expressão “Vila do Almeida”, indicando a consolidação da denominação como referência comunitária (SANTOS; OLIVEIRA, [s. d.]).

O registro visual da comunidade de Almeida contribui para contextualizar o território associado às memórias familiares e às formas históricas de ocupação analisadas nesta subseção.

Figura 8 – Comunidade de Almeida, Ilha Rasa, Guaraqueçaba-PR.



Fonte: Acervo disponibilizado por Aramis Oilke ao autor (2026).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

A fotografia complementa a análise documental ao oferecer uma referência visual do espaço em que a denominação Almeida se consolidou como identificação comunitária e territorial.

O mesmo registro mostra que a ocupação da localidade não se restringiu à família associada ao topônimo. Posteriormente, outras famílias se estabeleceram no território, entre elas as de Francisco Ambrósio e Vergílio das Neves, articulando atividades agrícolas, criação de animais, pesca e deslocamentos por canoa. Pesquisa mais recente realizada especificamente em Almeida reforça a centralidade da pesca artesanal nos modos de vida da comunidade, relacionando-a à memória, aos saberes caiçaras e às relações estabelecidas com o ambiente costeiro (SANTOS, 2025).

Embora as fontes disponíveis não permitam determinar quando a denominação Almeida foi oficialmente estabelecida, o registro histórico local oferece uma hipótese consistente de origem vinculada a um nome familiar. Nesse sentido, o topônimo evidencia como referências inicialmente associadas a pessoas ou famílias podem se territorializar e adquirir significado coletivo, permanecendo como marcas de memória, pertencimento e ocupação do espaço caiçara.

4. TOPONÍMIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE CAIÇARA

Os topônimos analisados evidenciam que os nomes das comunidades ultrapassam sua função de simples referência espacial e podem conservar marcas das relações históricas estabelecidas entre população, trabalho e território. Faggion e Misturini (2014) destacam que a nomeação dos lugares se relaciona à memória e ao pertencimento, uma vez que os nomes podem registrar experiências e características reconhecidas socialmente. No conjunto estudado, essas motivações aparecem de formas distintas: práticas pesqueiras, presença de famílias, características da vegetação e da paisagem e matrizes linguísticas indígenas.

A análise toponímica permite tornar essas diferenças mais precisas. Com base na classificação apresentada por Zamariano (2006), Tromomô aparece associado a uma prática social ligada à pesca e é classificado como sociotopônimo; Medeiros, relacionado a nome de pessoa ou família, como antropotopônimo; Taquanduva, motivado pela vegetação, como fitotopônimo; Ilha Rasa, relacionado às características dimensionais e físicas do território, como dimensiotopônimo; e Massarapuã, associado a elemento da cultura material ligado à pesca, como ergotopônimo. Nos casos de Ponta do Lanço, Mariana e Almeida, os registros documentais também indicam relações, respectivamente, com prática pesqueira e presença de antigos moradores ou famílias, embora não se atribua a esses nomes uma classificação taxonômica específica sem respaldo documental equivalente.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

Essa diversidade demonstra que a toponímia das comunidades guarda diferentes formas de apropriação e significação do espaço. No contexto caiçara, o território articula dimensões materiais e simbólicas relacionadas à pesca, às águas, à floresta, às relações familiares e à transmissão de conhecimentos entre gerações. Essa compreensão aproxima-se da discussão de Diegues (2004) sobre os modos de vida das populações litorâneas e também da concepção de território tradicional reconhecida pelo Decreto nº 6.040/2007, no qual o território e os recursos naturais aparecem como condições fundamentais para a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2007).

Desse modo, os nomes de Ponta do Lanço, Tromomô, Mariana, Medeiros, Taquanduva, Ilha Rasa, Massarapuã e Almeida podem ser compreendidos como marcas linguísticas e memoriais da territorialidade caiçara. Mais do que buscar uma origem única e definitiva para cada denominação, a análise evidencia diferentes camadas de memória inscritas nos lugares, relacionadas ao trabalho, às famílias, à paisagem e às matrizes indígenas. Investigar esses topônimos significa, portanto, reconhecer os nomes como parte do patrimônio histórico e cultural das comunidades e como registros das relações construídas entre sujeitos e território ao longo do tempo.

5. O TERRITÓRIO COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM NO ITINERÁRIO FORMATIVO DE APROFUNDAMENTO

A experiência desenvolvida no Itinerário Formativo de Aprofundamento (IFA) evidencia a possibilidade de reconhecer o território vivido como espaço de produção de conhecimento. No Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa, localizado em Ponta do Lanço, essa relação assume especial relevância, pois a instituição atende estudantes provenientes de diferentes comunidades de Guaraqueçaba. Nesse contexto, Ponta do Lanço, Tromomô, Mariana, Medeiros, Taquanduva, Ilha Rasa, Massarapuã e Almeida deixam de constituir apenas referências de procedência dos estudantes e passam a ser compreendidas como territórios portadores de histórias, práticas sociais, memórias e conhecimentos passíveis de investigação no espaço escolar.

Essa perspectiva encontra antecedentes na própria organização pedagógica das escolas das ilhas do litoral paranaense. A Instrução nº 019/2010 – SUED/SEED orientou que o trabalho educativo nessas instituições considerasse as realidades vivenciadas nas comunidades insulares e promovesse relações entre saberes tradicionais e conhecimentos escolares, mediante práticas interdisciplinares e eixos temáticos (PARANÁ, 2010). Tal orientação aproxima-se de propostas de inventário da realidade e cartografia social desenvolvidas em escolas do campo, nas quais a investigação do território possibilita

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

reconhecer sujeitos, práticas, memórias e relações sociais como componentes do processo formativo (FARIAS; FINATTO; LEITE, 2022).

No âmbito do IFA, essa aproximação ocorreu a partir de uma questão aparentemente simples — por que as comunidades possuem esses nomes? — que se desdobrou em uma investigação capaz de articular história local, geografia, toponímia, memória, pesca artesanal, presença indígena e ocupação territorial. O próprio Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná destaca os itinerários formativos como espaços de aprofundamento dos conhecimentos e de desenvolvimento de práticas investigativas relacionadas aos contextos dos estudantes (PARANÁ, 2021). Dessa forma, o estudo dos topônimos possibilitou partir de referências próximas à comunidade escolar para estabelecer relações com documentação histórica, estudos linguísticos e produção acadêmica.

Há ainda uma continuidade significativa entre essa experiência e o antigo caderno Ilha Rasa, utilizado como uma das fontes centrais da pesquisa. Produzido no próprio contexto educacional local, o documento registra a intenção de preservar conhecimentos sobre a história da comunidade e colocá-los a serviço da educação das gerações seguintes (SANTOS; OLIVEIRA, [s. d.]). Ao ser retomado no IFA e confrontado com outras fontes, esse registro passa novamente a integrar um processo de investigação sobre o território. Assim, a experiência demonstra que tomar o território como objeto de aprendizagem não significa restringir o currículo ao espaço local, mas utilizá-lo como ponto de partida para articular memória, história, linguagem e conhecimento científico, fortalecendo a relação entre escola e comunidades caiçaras de Guaraqueçaba.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação desenvolvida no âmbito do Itinerário Formativo de Aprofundamento (IFA) permitiu compreender que os nomes das comunidades atendidas pelo Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa ultrapassam sua função de simples identificação geográfica. Ponta do Lanço, Tromomô, Mariana, Medeiros, Taquanduva, Ilha Rasa, Massarapuã e Almeida evidenciam diferentes relações entre linguagem, memória e território, associadas a práticas de pesca, presença de famílias, características da vegetação e da paisagem e matrizes linguísticas indígenas.

A análise documental e toponímica permitiu ainda distinguir diferentes motivações presentes nesses nomes. Tromomô apresenta relação com uma prática social ligada à pesca; Medeiros remete à presença de pessoas ou famílias; Taquanduva associa-se à vegetação; Ilha Rasa às características físicas do território; e Massarapuã a elemento da cultura material relacionado à pesca. Nos casos de Ponta do Lanço, Mariana e Almeida, os registros históricos locais preservam narrativas vinculadas, respectivamente, à atividade pesqueira e à presença

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

de antigos moradores e famílias. Essas diferenças demonstram que os topônimos podem conservar vestígios das formas pelas quais os grupos sociais ocuparam, reconheceram e significaram seus espaços ao longo do tempo.

O antigo caderno Ilha Rasa revelou-se especialmente relevante nesse percurso por registrar conhecimentos produzidos no próprio contexto comunitário e educacional acerca da formação das localidades, das práticas de trabalho e das transformações do território. Ao ser colocado em diálogo com estudos acadêmicos, documentos públicos e pesquisas toponímicas, esse registro contribuiu para aproximar memória local e investigação científica, sem transformar narrativas comunitárias em afirmações históricas não comprovadas.

Nesse sentido, o estudo evidencia que investigar os nomes das comunidades constitui também uma forma de investigar a territorialidade caiçara. Ao tomar o território vivido como ponto de partida para a produção de conhecimento, o IFA possibilitou articular currículo, história local, memória e pesquisa documental. Mais do que determinar de maneira definitiva a origem de cada denominação, o artigo demonstra que esses nomes preservam diferentes camadas de experiência social e cultural, constituindo parte do patrimônio histórico e territorial das comunidades caiçaras de Guaraqueçaba.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa, aos professores e aos estudantes pelo apoio e pelas contribuições ao desenvolvimento deste trabalho. De modo especial, registro meu reconhecimento aos estudantes do 1º ano do Ensino Médio, Nicollas, Eloa, Enzo, Adrian e Samuel, cuja participação nas pesquisas e atividades desenvolvidas no Itinerário Formativo de Aprofundamento foi fundamental para as reflexões que deram origem a este artigo.
O envolvimento da turma com a história, a memória, os nomes e o território das comunidades caiçaras contribuiu de forma significativa para a construção deste estudo, motivo pelo qual deixo registrado meu agradecimento e reconhecimento pela colaboração.

REFERÊNCIAS

BEGOSSI, Alpina. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, Alpina (org.). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec; NUPAUB/USP; Campinas: NEPAM/UNICAMP, 2004. p. 223-254.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

FAGGION, Carmen Maria; MISTURINI, Bruno. Toponímia e memória: nomes e lembranças na cidade. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 141-157, 2014. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v27i2p141-157.

FARIAS, Maria Isabel; FINATTO, Roberto Antônio; LEITE, Valter de Jesus (org.). **Inventário da realidade e cartografia social: possibilidades metodológicas nas escolas do campo**. Guarapuava: Apprehendere, 2022. 133 p. ISBN 978-65-88217-46-7. DOI: 10.55820/978.65.88217.46.7.

FISCHER, Marta Luciane; COLLEY, Eduardo. Espécie invasora em reservas naturais: caracterização da população de *Achatina fulica* Bowdich, 1822 (Mollusca-Achatinidae) na Ilha Rasa, Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. **Biota Neotropica**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 127-144, 2005. DOI: 10.1590/S1676-06032005000100014.

GUARAQUEÇABA (PR). Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde 2026-2029**. Guaraqueçaba: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, 2026.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **APA de Guaraqueçaba: caracterização sócio-econômica dos pescadores artesanais e pequenos produtores rurais**. Curitiba: IPARDES/Fundação Édison Vieira, 1989.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Instrução nº 019/2010 – SUED/SEED**. Instrui a implementação da Proposta Pedagógica das Escolas das Ilhas, desenvolvida pelo Departamento da Diversidade, por meio da Coordenação de Educação do Campo, articulada ao Núcleo Regional de Educação de Paranaguá. Curitiba: SEED, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná: Sistema Estadual de Ensino do Paraná**. Curitiba: SEED/PR, 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009. DOI: 10.63595/rbhcs.v1i1.10351.

SANTOS, Adauto Mendes dos; OLIVEIRA, Diva Pinto de. **Ilha Rasa**. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Caderno histórico produzido no contexto das Escolas Santa Terezinha e Gabriel Ramos da Silva. Revisão e edição de Cibele Munhoz. Apoio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Guaraqueçaba.

SANTOS, Marivalda Corrêa dos. **O trabalho da mulher na pesca artesanal na comunidade de Almeida, Ilha Rasa, Guaraqueçaba, litoral do Paraná**. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais – PROFCIAMB) – Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Matinhos, 2025.

ZAMARIANO, Márcia. **Toponímia paranaense do período histórico de 1648 a 1853**. 2006. 269 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18012

Declaração de contribuição do autor

Jackson Morais Barcelos: Conceituação; curadoria de dados; análise formal; investigação; metodologia; administração do projeto; visualização; escrita – rascunho original; escrita – revisão e edição.

Declaração de conflito de interesse

O autor declara não possuir conflitos de interesses relacionados à realização ou à publicação deste estudo.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Os dados de pesquisa estão contidos no próprio manuscrito.

Declaração de uso de IA

Não houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.